

## UMA DISCUSSÃO ACERCA DA CAPITALIZAÇÃO DO ENSINO

Paula de Souza Dias Ricart

O artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Deixando claro que é direito de todos os cidadãos brasileiros o acesso à educação. O Estado oferece escolarização de forma gratuita para crianças e adolescentes de todas as regiões do país. Ainda assim inúmeras famílias optam por matricular seus filhos em escolas privadas e dizem que estas oferecem uma melhor qualidade de ensino e maior aprovação em provas para o ingresso no ensino superior. Escolas privadas que oferecem turnos cada vez mais intensos, o que reflete diretamente em suas mensalidades, têm se tornado mais comuns. Muitas escolas da rede de ensino pública brasileira não recebem os devidos investimentos, resultando em falhas no sistema. Analisando tais aspectos cabe perguntar: Por que há uma procura tão grande por instituições de ensino privado, quando o Estado oferece uma rede pública gratuita? A possível hipótese para tal fenômeno se dá pela comercialização da educação e a noção da educação como um objeto de valor.

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre temas acerca das diferenças entre o ensino público e privado, os motivos por trás disso é a comercialização da educação. Serão apresentados diversos autores que acrescentam teoricamente concepções para a discussão e serão levantadas reflexões e críticas sobre o funcionamento do sistema educacional brasileiro.

Historicamente, é possível observar que a educação no contexto brasileiro nunca foi um direito para todos. Souza (2017) deixa isso em evidência em sua análise da história da educação no país desde o período colonial. O autor apresenta a escolarização como um privilégio que apenas os indivíduos mais abastados possuíam, sendo possível identificar desde o começo a característica das escolas de reforçar as diferenças entre classes. A educação no Brasil teve início de maneira privada, sendo responsabilidade dos cidadãos e não do governo. Souza (2017) destaca que ter o título de “doutor” era uma questão de *status*, e quando pensamos na atualidade seria possível supor que essa percepção ainda é bastante presente. Portanto, podemos discutir que, para aqueles que possuem uma posição privilegiada na sociedade, não seria interessante abolir o *status* que o título de doutor traz e tornar a educação algo alcançável para a população

comum. A educação surgiu interligada a um capital e ainda se mantém assim apesar das mudanças implementadas nos anos 1930, em que se passou a dedicar parte dos patrimônios territoriais exclusivamente para a rede de ensino, ação que não foi cumprida da maneira desejada (SOUZA, 2017). A educação como direito de todos ainda é um conceito novo na sociedade brasileira. As classes sociais mais altas ainda pagam por um ensino de qualidade para suas crianças e o investimento na rede pública, desde seu princípio, recebeu muita pouca atenção dos governantes brasileiros.

Trazendo para um contexto moderno, vivemos em uma sociedade cada vez mais consumista, em que possuímos um contato constante com a venda de produtos por meio da televisão e redes sociais. É claro que é necessário possuir um capital para poder comprar tais produtos e manter um estilo de vida, e, como Moreira (2014) menciona, a educação é vista como uma maneira para atingir uma posição elevada, uma forma de definir seu lugar na forte competição econômica. Dessa forma, a educação é vista como um investimento, para que cada geração supere a anterior em questão de sucesso. Relacionando com a presente pergunta, a venda e procura por uma educação de alta qualidade perpassa o desenvolvimento do aluno no quesito pessoal, tornando o próprio ensino mais uma mercadoria a ser consumida. Pais dedicam cada vez mais uma grande parte de seus salários para preparar seus filhos para um mundo que se torna mais competitivo e exigente, a fim que tal investimento resulte em um sucesso profissional elevado. Quando se paga por um ensino particular, a pessoa está em seu direito exigir resultados, essa mesma percepção não está interligada ao ensino público. Porém de certa maneira, também se paga pelo ensino público, uma vez que como cidadãos brasileiros, pagamos impostos.

A ressignificação da educação como um ensino majoritariamente com o propósito de criar “membros úteis para a sociedade” e estimular um crescimento econômico, foca-se em ensinar pensamentos feitos e prontos, tratando o estudante como uma máquina. Contudo, tal concepção falha em desenvolver a criatividade, o senso crítico e o pensamento autônomo (MOREIRA, 2014). Podemos notar essa tendência quando discutimos os exames de ingresso a universidades e o impacto que esses têm no ensino médio brasileiro. Muitas escolas particulares medem a qualidade de seus ensinamentos no número de aprovação em exames de ingresso, voltando os seus ensinamentos para a reprodução de normas e regras que ajudarão seus alunos a passarem em boas universidades. Os números de aprovações influenciam diretamente na mensalidade de tais escolas particulares, novamente perpetuando a noção da educação como uma mercadoria a ser capitalizada e gerando uma competição intensa dentro das redes particulares, em que cada instituição procura superar a outra em número de aprovados.

Mas é claro que em uma população com tanta desigualdade social quanto a brasileira, não são todos que possuem condições financeiras para arcar com os custos de uma mensalidade de escolas particulares, que, com frequência, cobram mais do que o valor de três salários mínimos. Como dito antes, a educação é um direito de todos os cidadãos e é oferecida de forma gratuita pelo governo. Ainda assim, até mesmo a rede pública é afetada pela economia e a comercialização da educação. Silva (2003) discute como o auxílio do Banco Mundial influenciou no ensino público em prol de interesses econômicos, disfarçado de “ajuda”. Tal ação apoia-se em algumas características como o investimento prioritário, na educação básica sob a justificativa que o restante fosse ofertado por redes de ensino privado, essa ação, além de tratar o ensino como serviço público, se associa com a possibilidade de o ensino ser transferido para empresas privadas. Mais uma vez é possível observar uma priorização do ensino privado, remetendo à lógica de que o conhecimento é um privilégio apenas de quem pode pagar, como relatado historicamente por Souza (2017). Silva (2003), por sua vez, descreve a educação como um espaço em que se adapta o aluno a uma sociedade de classes, seguindo seus valores e normas. Segundo o que a autora traz, a educação pública foi gerada por uma sociedade burguesa para os seus próprios interesses. O baixo investimento na rede pública brasileira e o acelerado desenvolvimento de escolas particulares apenas confirmam tais percepções.

O tema da rede de ensino como uma forma de perpetuar classes sociais é abordada pelos três autores, afinal as escolas podem ser consideradas como formas de controle. Matricular uma criança em uma escola com uma alta taxa de mensalidade é garantir que ela só terá contatos com outras crianças de condições financeiras similares, aumentando suas redes de contatos para um futuro profissional. Outra problemática relevante é a ligação de redes privadas e redes religiosas, que podem representar mais uma forma de controle por meio da educação. Além disso, podemos dizer que, apesar da escolaridade ser tecnicamente um direito de todos, experiencia-se uma falta de vagas nas redes públicas para que se atenda todos os estudantes brasileiros de forma adequada. Por todos esses motivos, o problema da educação brasileira é extremamente complexo, perpassando aspectos históricos, políticos e sociais.

## **REFERÊNCIAS**

SOUZA, J.M.E. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

MOREIRA, D. L.. **Dificuldade de aprendizagem: Um conceito oriundo da educação bancária.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2014.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n.61, p.283-301, dezembro 2003.